

O patrimônio (i)material das colônias de imigrantes: cicatrizes do desaparecimento de uma história não contada

Autoria:

Alan Ripoll Alves

Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento com pós-doutorados em Sustentabilidade, Desenvolvimento Territorial Sustentável e Turismo, professor da Universidade Federal do Paraná, Curitiba

Resumo

Este texto, oriundo de uma pesquisa de pós-doutorado previamente publicada, buscou analisar essas alterações no âmbito de 44 colônias existentes em 10 dos 29 municípios que compõem a RMC, avaliando os principais fatores envolvidos na desconfiguração desses locais. Fazendo uso de uma metodologia analítico-histórica, exploratória e de natureza qualitativo-descritiva, cada colônia foi investigada, tendo como base um levantamento teórico e a utilização dos instrumentos de pesquisa: entrevista, fotografia, desenho, mapeamento e representação esquemática. Como resultado do estudo, observou-se que a influência dos fenômenos da urbanização sobre o meio rural, tendo como pano de fundo a imigração na RMC, correspondia a um dos principais fatores atuantes na desestruturação ou extinção das colônias nas quatro últimas décadas. Ao mesmo tempo, percebeu-se que, por detrás desse cenário desfavorável, seria possível levantar elementos que valorizassem características e expressões fundamentais à identificação das comunidades estudadas, favorecendo a sua preservação por intermédio de atividades menos invasivas, como o Turismo de Base Comunitária (TBC).

Palavras-chave: Imigrantes na RMC. Agricultor familiar. Riscos socioeconômicos. Patrimônio. Turismo.

Como citar este capítulo:

ALVES, Alan Ripoll Alves. O patrimônio (i)material das colônias de imigrantes: cicatrizes do desaparecimento de uma história não contada. In: ANDRADE, Jaily Kerller Batista (Org.). **Fundamentos e pesquisas em Ciências Ambientais e Agrárias**. Campina Grande: Licuri, 2024, p. 122-133. ISBN: 978-65-85562-27-0. DOI: 10.58203/Licuri.22709.

INTRODUÇÃO

Decorridas as Guerras Napoleônicas, entre 1799 e 1815, a população europeia se elevaria de cerca de 188 milhões (no início do séc. XIX) para aproximadamente 450 milhões de habitantes na época da Primeira Guerra Mundial (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Tamanho expansão demográfica no continente não veio acompanhada de um crescimento proporcional dos postos de trabalho, que, além de ter a demanda urbana aumentada, passariam a também ser disputados pelos trabalhadores rurais atraídos por oportunidades em indústrias, gozando de pleno desenvolvimento. Em curto período, começariam a se manifestar os primeiros fluxos migratórios em direção aos países novos da América, que buscavam fornecer condições para o devido acolhimento. Extensas, pouco povoadas e exploradas, recém-independentes e com amplo potencial de crescimento, essas nações exerceriam pronunciada influência sobre europeus dispostos a emigrar (MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Na segunda metade do séc. XIX, algumas circunstâncias políticas e econômicas europeias forçariam a emigração das nações ainda não organizadas como Estados centrais – tais quais a Alemanha e a Itália, que estavam passando por processos de unificação – e aquelas que já eram Estados centrais – o que incluía um vasto grupo, a exemplo da Rússia e da Áustria-Hungria, de onde partiriam os imigrantes eslavos para o Sul do Brasil (LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008).

Ao contrário do que aconteceu em outros países americanos, em geral, a imigração no Brasil foi planejada e subvencionada (até a década de 1930) pelo Poder Público. Em 1865, o governo imperial ordenou que os cônsules brasileiros na Europa pagassem a diferença de preço de passagem para quem aceitasse preterir a emigração para os EUA em detrimento do Brasil. Após 1867, o império ofereceria passagem gratuitamente aos pretensos imigrantes, bem como concederia terras para a instalação e desenvolvimento de atividades agrícolas.

Nesse entremeio, no entanto, mereceriam ser ressaltados dois aspectos: a fome de terras que, junto aos motivos citados, movia os imigrantes poloneses em direção ao território brasileiro; e a promulgação da Lei de Terras, em 1850 (WACHOWICZ, 1981;

LAROCCA JÚNIOR, LAROCCA & ALMEIDA LIMA, 2008; MAZZAROTTO & BATISTA, 2013).

Dentro dessa realidade, o imigrante camponês recebeu, no Brasil, terras devolutas ou vendidas pelos grandes proprietários luso-brasileiros. Aplicou desde o início o chamado regime de propriedade homestead, em que a classe de pequenos proprietários sobrevive em contraposição à formação de latifúndio, propiciando a consolidação de uma classe média agrícola, fundamentada na agricultura de subsistência (WACHOWICZ, 1981).

O Estado do Paraná ao receber imigrantes de diferentes origens, além dos colonizadores portugueses, tornou-se um verdadeiro complexo multiétnico, passando a manifestar propriedades demográficas possivelmente únicas no mundo. Participaram da formação do Estado: alemães (1829); franceses e holandeses (1829); suíços (1851); norte-americanos (1865); espanhóis, austríacos e suecos (1865); poloneses (1871); ingleses (1873); italianos (1875); russos (1877); prussianos (1878); sírio-libaneses (1880); belgas e portugueses (1886); judeus (1889); irlandeses (1891); ucranianos (1896); e japoneses (1908), assim como outros imigrantes que chegaram ao Paraná por vias que não portuárias (ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ, s/d). A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) – que é a oitava região metropolitana mais populosa do Brasil, com aproximadamente 3.223.836 hab. – teria recebido a maior parte desse fluxo migratório, o qual geraria o estabelecimento de diversas colônias, algumas das quais hoje não mais existentes, tendo se tornado bairros dos municípios que comporiam essa região ou simplesmente desaparecido em decorrência da expansão de novas áreas. No presente, o fluxo de migrantes estrangeiros para o Brasil vem sendo movimentado principalmente por haitianos, sul-americanos e africanos (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2011), demonstrando tendência de intensificação para os próximos anos.

A expansão da RMC fez com que alguns bairros da capital praticamente se "fundissem" a municípios vizinhos, a exemplo do que se identifica entre Curitiba e Campo Largo (na região em que se situam as colônias D. Pedro II e Antônio Rebouças) e entre Curitiba e Araucária (onde a Colônia Thomaz Coelho "se mescla" ao Bairro CIC). A proximidade física desses locais, estreitada não só pelas vias de acesso, mas também pela incorporação da imagem do espaço próximo, como se um fosse elemento da

paisagem local do outro, gerou um estado no qual a divisão geográfica se tornou mais uma condição de formalidade do que uma tentativa de identificação dessas regiões.

Sob a influência do processo de urbanização da RMC não só a conformação das zonas urbanas como as das zonas rurais tem mudado significativamente nas quatro últimas décadas, gerando uma série de incertezas a respeito do futuro das colônias de imigrantes estabelecidas no local, haja vista o aumento dos riscos socioeconômicos incidentes sobre as mesmas. Sabendo-se da importância das colônias, nos mais variados aspectos, para a atual organização da RMC, assim como para a consolidação da agricultura familiar no Paraná, seria a tendência assumida pela maior parte dos núcleos coloniais, permanentemente sujeita a um risco de desaparecimento, uma agravante possível de ser minimizada por medidas alternativas, como, por exemplo, o Turismo de Base Comunitária (TBC)?

Esta pesquisa, de um modo amplo, buscou essencialmente: Analisar a aplicabilidade do TBC, na condição de medida mitigadora, frente ao risco de desaparecimento das colônias de imigrantes situadas na RMC, em função das variáveis atuantes em cada caso estudado.

Partindo dessa meta maior, teve-se como objetivos específicos: Avaliar os principais fatores que têm contribuído para a desnaturação das colônias em termos de infraestrutura, meios de produção, características arquitetônicas e desvalorização sociocultural dos seus habitantes, levando-se em consideração aspectos como: distância das mesmas em relação às zonas urbanas de maior influência, facilidade de acesso, presença de indústrias, especulação imobiliária, dentre outras possíveis interferências em suas estruturas; e discutir um plano de TBC a partir das transformações sofridas por cada colônia, segundo escalas de ordem temporal, socioeconômica, cultural, histórica e espacial.

METODOLOGIA

Esta pesquisa apresenta cunho analítico-histórico, com papel de resgate de informações desde a fundação das colônias até os dias atuais; caráter exploratório; natureza qualitativa - sendo conduzida por levantamentos teórico-práticos acerca das 44 colônias existentes em 10 dos 29 municípios que compõem a RMC (COMEC, 2013) -; e

descritiva, por meio da caracterização dos riscos socioeconômicos constatados em cada colônia (FERNANDES & SAMPAIO, 2006) (Figura 1).

O trabalho se dividiu em três períodos: (i) revisão teórica (coleta de informações técnicas e não técnicas em fontes como livros, documentários, fotografias, cartas, registros em arquivos públicos e privados, mapas, materiais de legislação, artigos em periódicos, jornais de época e atuais, e principalmente de profissionais ligados à área, sejam eles pertencentes à academia, sejam de outros ramos de atuação); (ii) aproximação da literatura ao objeto de análise; e (iii) aplicação dos instrumentos de pesquisa: entrevista, fotografia, desenho, mapeamento e representação esquemática.

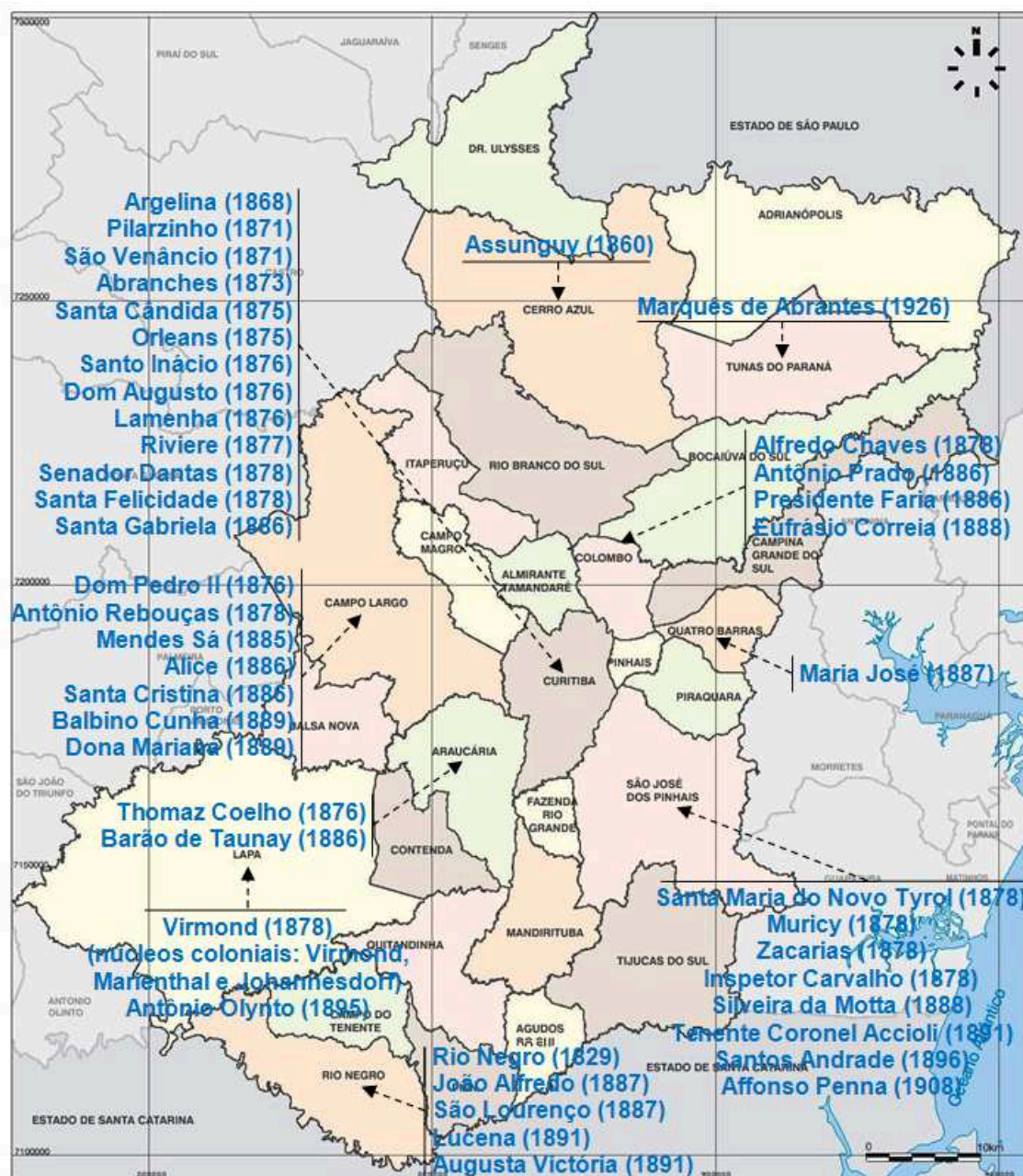


Figura 1. Localização geográfica das 44 colônias de imigrantes consideradas na pesquisa.

Fonte: Mapa-base COMEC (2013) (Adaptado)

A partir da associação destas três fases do estudo analisou-se o risco de desaparecimento das colônias consideradas, do mesmo modo que as alterações mais significativas diagnosticadas nas mesmas, no intuito de se formular um perfil de susceptibilidade em cada local, visando a sua contenção por meio do TBC, pensado em conjunto com a população envolvida.

ETAPAS DA PESQUISA

Em um primeiro momento, as atividades de campo se desenvolveriam em dois circuitos de visitação, nos quais todas as 44 colônias seriam exploradas, descritas e, finalmente, analisadas de acordo com os critérios descritos nos tópicos anteriores. Tais procedimentos poderiam ser estruturados da forma abaixo (SAMPAIO, 2010; SAMPAIO, LESAMA & ARAÚJO, 2012):

1ª etapa: Antes de seguir para as colônias, investigou-se a organização das mesmas a partir de imagens de satélite gratuitas (do Google). Utilizou-se a mesma ferramenta para identificar nomes ou sobrenomes de imigrantes ou descendentes em ruas que pudessem indicar uma maior concentração de propriedades rurais de interesse na colônia ou no bairro considerado. Complementarmente, buscou-se a informação popular diretamente no bairro ou na colônia em questão – inicialmente, em instituições religiosas, de ensino ou atendimento turístico locais; em segundo, junto aos moradores mais antigos;

2ª etapa: Elaboração de um perfil de cada colônia ou bairro visitado por meio do refinamento dos dados levantados;

3ª etapa: Seleção das possíveis propriedades rurais que permitiriam a aplicação dos instrumentos de estudo. Foram utilizados em média de um a dois dias de trabalho de campo por colônia (entre oito e 16 h semanais);

4ª etapa: Identificação de pelo menos uma propriedade rural por colônia ou bairro que atendesse aos seguintes requisitos: (a) presença de pelo menos uma casa de madeira (em tronco ou serrada) com fins de moradia; (b) existência de, no mínimo, uma área destinada ao cultivo agrícola, que se caracterizasse como de natureza familiar, dentro da

classificação assumida por esta pesquisa; e (c) verificação, não eliminatória, segundo os objetivos do estudo, de algum outro tipo de construção de madeira, com fins laborais ou de armazenamento, por exemplo, o qual pudesse fornecer a visualização do que se denomina de dinâmica morfofuncional dos componentes da propriedade rural. Estas propriedades, por sua vez, poderiam se tornar locais estratégicos à aplicação do TBC nas colônias em questão; e

5ª etapa: Execução dos procedimentos metodológicos definidos para a coleta de dados específicos na propriedade rural – entrevista, fotografia, mapeamento, desenho e representação esquemática – e caracterização das propriedades em cada caso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentro do estudo que envolveu 44 colônias de 10 municípios da RMC – Araucária, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Curitiba, Lapa, Quatro Barras, São José dos Pinhais, Rio Negro e Tunas do Paraná –, foram levantados dados diversos, os quais variam dos possíveis aspectos influenciadores do desaparecimento das colônias até a apresentação de propostas enquadradas ao TBC, no contexto de itinerários viáveis (merecedores de uma análise direcionada) em algumas das colônias visitadas, passando pela abordagem de características comuns e particulares dos espaços visitados.

O avanço do “fator urbanizador” na RMC, segundo o que já fora debatido, trata-se de um processo relativamente recente, o qual teria ganhado maior impulso a partir de 1972, prolongando-se até os dias atuais. A construção dos parques industriais na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e do Centro Industrial de Araucária (Ciar) teria sido o grande marco dessa mudança, na interseção entre o território hoje ocupado por Curitiba e os municípios a ela vizinhos nessas regiões, influenciando significativamente a conformação de algumas colônias próximas, como Thomaz Coelho, em Araucária (IPARDES, 1987).

A expansão de vias de acesso, a princípio limitadas a estradas de chão, algumas delas derivadas de caminhos precursores no desbravamento da atual RMC, com a melhoria da infraestrutura adjacente e a conseqüente facilitação do deslocamento, corresponderia a outro ponto diferencial dentro das mudanças ocorridas.

À proporção que Curitiba crescia, o “fator urbanizador” se deslocava do centro da cidade em direção às extremidades, levando ao desenvolvimento de “novos” bairros,

como aconteceria com algumas colônias de imigrantes, principalmente de origem polonesa e italiana. O estabelecimento de outras alternativas de acesso, além das já tradicionalmente utilizadas durante os ciclos produtivos e processos migratórios que marcaram a região, promoveu o deslocamento de parte da população antes concentrada no Centro para o que viriam a ser os bairros do Pilarzinho, Abranches, Santa Cândida, Orleans, Santo Inácio, Augusta, Lamenha Pequena e Riviera. Outros bairros, por sua vez, teriam apresentado destino semelhante. Tal transformação, contudo, não impediria pensar que essas antigas colônias não conseguissem crescer por si próprias, mesmo com o fim dos processos migratórios. Conforme se discutiu anteriormente, poder-se-ia esperar justamente o contrário, pois muitos brasileiros e migrantes de diferentes nacionalidades desde o início habitaram a maior parte dos núcleos coloniais e contribuíram, de certa forma, para o crescimento desses locais.

Por conta de uma carência de dados quantitativos evidenciada na maior parte das colônias e bairros estudados, não se saberia atribuir com precisão até que período a atividade agrícola teria predominado em cada local, mesmo porque apenas recentemente o levantamento estatístico por bairros vem sendo realizado dentro de trabalhos censitários em Curitiba. Nos outros nove municípios observados, que abrangem algumas das colônias analisadas, essas dificuldades se revelam ainda maiores.

Da segunda metade do século passado até o presente, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, prolongando-se em menor intensidade por outros anos, teria ocorrido o chamado êxodo rural, que levaria não só à perda de mão de obra da agricultura, como também à sua desvalorização socioeconômica frente a outros setores. Grande parte da população do meio rural, incluindo nele as colônias, teria migrado para as grandes cidades, o que teria tornado o meio rural um espaço com menores expectativas, motivando a especulação imobiliária pelo menor custo de sua área em relação aos centros urbanos.

Essa condicionante em Curitiba, que detinha a maior quantidade de colônias entre os municípios da RMC – 13 ao todo –, as quais foram em sua totalidade “transformadas” em bairros, e em menor proporção nos municípios de São José dos Pinhais, Campo Largo e Colombo, que ainda contam com algumas colônias resistentes a esse processo, fez-se extremamente presente, embora se verifique até hoje significativa conservação de valores marcadamente agrícolas em Curitiba e adjacências em relação a outras capitais

do país, por exemplo. A RMC, à semelhança de outras microrregiões em que se divide o Estado, possui como característica a pronunciada presença da agricultura familiar, o que, de certo modo, teria provavelmente contribuído para a preservação de algumas colônias, em especial as mais afastadas dos núcleos urbanos.

O distanciamento das colônias em função dos centros de natureza urbana se revelou um aspecto tão determinante na análise do efeito da urbanização sobre as mesmas que, se associadamente considerados, poder-se-ia dizer que tanto maior o afastamento das colônias em relação aos núcleos urbanos a elas mais próximos, menor tenderia a ser o seu risco de desaparecimento em decorrência da urbanização, constituindo variáveis inversamente proporcionais, portanto. Complementarmente, tanto maior a proximidade das colônias dos municípios da RMC em relação à capital ou às zonas que recebem maior influência por parte dela, maiores, por sua vez, igualmente tenderiam a ser os seus riscos de desaparecimento. A industrialização, a especulação imobiliária e a facilidade de acesso consistiriam, entre as percepções registradas nas 44 colônias visitadas, os influenciadores de mais pronunciada atuação na permanência desses locais.

Nas colônias mais fortemente ameaçadas de desaparecimento, ainda que todas, em maior ou menor grau, apresentem esse risco, urge a tomada de medidas que visem a mitigar tal problemática. Com base nessa necessidade, propôs-se o estudo da introdução do TBC nesses locais, guiando-se por referenciais tidos como primordiais à maioria das colônias da RMC: (i) a presença da agricultura familiar; (ii) a existência da casa de araucária (para fins de moradia ou laborais); (iii) e a manifestação de aspectos socioculturais que pudessem se mostrar relevantes à atividade turística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As interferências oriundas do processo de urbanização – repercutidas na descaracterização sociocultural das colônias e na desvalorização de elementos identitários, como o idioma, as celebrações religiosas, as festas típicas, as danças, a culinária, as vestimentas, os artesanatos etc – afetam tanto a memória de um povo quanto as chances de progresso das gerações futuras.

A arquitetura de madeira no Paraná, cujo clímax teria sido alcançado por meio da casa de araucária (termo criado por Imaguire Júnior (1993)), seria outro alicerce fortemente abalado nas atuais condições. Esse tipo de representação se mostra fundamental à identificação do imigrante não somente polonês, mas europeu que migrou para o Estado, dentro do seu próprio reconhecimento na sociedade brasileira, constituindo-se um verdadeiro patrimônio nacional e paranista. Como tal, deveria ser valorizado enquanto bem histórico e pessoal, recebendo incentivos de ordem pública à preservação por meio de legislação específica, financiamento à manutenção e ao restauro (independente da condição de tombamento) e à isenção de taxas básicas, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). A formação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), a atuação de associações comunitárias e de Organizações Não-Governamentais (ONGs), e principalmente o trabalho integrado entre o setor público e a população podem se tornar caminhos estratégicos contra o desaparecimento dessas construções.

A conformação relativamente preservada de algumas colônias no que tange à paisagem e às construções, em especial naquelas mais afastadas dos núcleos urbanos, junto à valorização de aspectos socioculturais que caracterizem os seus espaços, pode favorecer o crescimento de atividades que venham a se agregar àquelas já existentes, como a agricultura familiar. A dinamicidade de um ambiente com organização predominantemente agrícola, estabelecido desta forma desde a sua origem, como ocorre em parte das colônias atuais da RMC, deve ser considerada sob uma perspectiva que esteja além da sua produção. Ir contra a essas práticas seria afrontar a própria essência desses espaços, cuja formação, conforme já discutido, esteve estreitamente vinculada à agricultura, tanto pelas principais características apresentadas pelo imigrante que viera ao Sul do Brasil, quanto pelas necessidades de insumo existentes nos centros urbanos.

A concatenação de diferentes variáveis, de forma a reduzir as praticamente inevitáveis interferências que quaisquer modificações na estrutura socioeconômica geram, foi entendida pela leitura desta pesquisa como viável através do TBC.

Mesmo com as singularidades de cada colônia de imigrantes, condição esperada em todo local do qual o turismo faça parte, acredita-se que um trabalho integrado, no formato de circuitos, capacitações e monitoramentos comuns, considerando possíveis afinidades e o fator do distanciamento entre algumas colônias, por exemplo, possa ser implementado com boas chances de sucesso na RMC.

No presente, verificam-se ações que se mostram satisfatórias em determinados aspectos, em especial por meio de festas temáticas e eventos comemorativos, contudo, de modo isolado e coletivo, observa-se que ainda há muito a ser aprimorado. Nesse sentido, as cooperativas de pequenos produtores e artesãos, órgãos públicos locais, associações de microempresários, instituições educacionais e religiosas, e principalmente a comunidade local podem fazer a diferença ao assumir um papel de liderança nessas discussões. Este, apesar de ser um dos fundamentos do TBC, também deve preferencialmente constituir qualquer processo de tomada de decisão.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Registro de imigrantes*. s/d. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=78>>. Acesso em: 14 out. 2014.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. *Edital de Chamada Pública de Projetos Mtur/Nº 001/2008*. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária”. Brasília, 2008.
- CAMPOS FILHO, A. V (Org.). *Cartilha (in)formativa sobre turismo de base comunitária: o ABC do TBC*. Salvador: EDUNEB, 2012. 36 p.
- COMEC - Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. *Mapoteca*. Mapa-base COMEC 2013.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. *RAE Eletrônica*. v. 5, n. 2, 2006.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *A agricultura familiar em 2006 (segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006)*, 2006. s/p.
- IMAGUIRE JÚNIOR, K. *A casa de araucária*. 126 f. Tese (Concurso para Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1993.
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Convênio SUREHMA/ SECE/ COMEC/ FCC/ IPPUC/ IPARDES). *Caracterização socioeconômica da Colônia Tomás Coelho*. Curitiba, 1987. 57 p.
- KANASHIRO, M. *Paisagens étnicas em Curitiba: um olhar histórico-espacial em busca da entopia*. 285 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de

Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

LAROCCA JÚNIOR, J.; LAROCCA, P. L.; ALMEIDA LIMA, C. *Casa Eslavo-Paranaense: arquitetura de madeira dos colonos poloneses e ucranianos do Sul do Paraná*. 1ª ed. Ponta Grossa - PR: Larocca Associados, 2008. 240 p.

LEIRO, J. M. T. *Tour comunitário no Calafaste*. Salvador: UNEB, I ETBCES, 6 jul. 2011. Correspondência pessoal.

MARTINS, R. *História do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. 524 p.

MARTINS, W. *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. 470 p.

MAZZAROTTO, A. C.; BATISTA, F. D. *Arquitetura italiana em Curitiba*. Curitiba: Instituto Arquibrasil, 2013. 260 p.

NAVOLAR, J. D. *A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba*. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011. 192 p.

OLIVEIRA, L. A. P.; OLIVEIRA, A. T. R. (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica. n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 102 p.

OLIVEIRA, M. *Imigração e diferença em um estado do Sul do Brasil: o caso do Paraná*. Nuevo Mundo Mundos Nuevos, 2007. Disponível em:

<<http://nuevomundo.revues.org/5287#quotation>>. Acesso em: 14 out. 2014.

PIÑEIRO, D; MORALES, M. Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX. In: *El Uruguay del siglo XX*. Departamento de Sociología, Facultad de Ciencias Sociales. Montevideo: Banda Oriental, 2008. p. 105-136.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F.; ARAÚJO, J. R. Arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária, solidária e sustentável, 2012. In: Philippi Jr, A.; Sampaio, C. A. C.; Fernandes, V. *Gestão de natureza pública e sustentabilidade*. Manole, Barueri - SP.

SILVA, F. P. S. (Org.). *Turismo de base comunitária e cooperativismo: articulando pesquisa e ensino no Cabula e entorno*. Salvador: EDUNEB, 2013. 314 p.

WACHOWICZ, R. *Homens da terra* [Trad. Francisco Dranka]. 3ª ed. Curitiba: Vicentina, 1997. 337 p.

WACHOWICZ, R. C. *Tomás Coelho – uma comunidade camponesa*. Curitiba: Real Artes Gráficas, 1977.

WACHOWICZ, R. C. *O camponês polonês no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural/ Casa Romário Martins, 1981. 152 p.

WACHOWICZ, R. C. *História do Paraná*. 9ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001. 360 p.